

# HISTÓRIA CENTENÁRIA DA Faculdade de Ciências Econômicas 1909-2009

GENTIL CORAZZA  
Organizador



**UFRGS**  
EDITORA

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA  
Faculdade de Ciências Econômicas



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos Alexandre Netto**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica  
**Rui Vicente Oppermann**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Sara Viola Rodrigues**

Conselho Editorial

**Alexandre Santos**

**Ana Lígia Lia de Paula Ramos**

**Carlos Alberto Steil**

**Cornelia Eckert**

**Maria do Rocio Fontoura Teixeira**

**Rejane Maria Ribeiro Teixeira**

**Rosa Nívea Pedroso**

**Sergio Schneider**

**Susana Cardoso**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Valéria N. Oliveira Monaretto**

**Sara Viola Rodrigues, presidente**

© dos autores  
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Fernanda Kautzmann  
Editoração eletrônica: Luciane Delani

Equipe de pesquisa histórica  
Naida Menezes (coordenadora), Clovis Gomes de Oliveira Filho, Denise W. Xavier,  
Geórgia S. M. Pinto, Iuri B. Pereira, Leonardo Lima Ferreira, Maria Elisa Swarowsky  
Lisboa, Séfora Bertoldi e Wagner Luís das Neves Teixeira.

---

H673 História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009 /  
[organizado por] Gentil Corazza. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.  
288 p. : il. ; 16x23cm

Prefácio de Hélio Henkin, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS.

Introdução de Gentil Corazza.

Inclui no anexo lista de diretores, professores, servidores técnico-administrativos  
e alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e Documentos  
históricos.

1. Faculdades de Ciências Econômicas – UFRGS - História. 2. Ciências Econômicas – UFRGS – Currículo. 3. Contabilidade – Ensino – Rio Grande do Sul. 4. Ciências Atuariais – Evolução – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 5. Administração – Ensino – Rio Grande do Sul. 6. IEPE – Pesquisa – Pós-graduação. 7. PGDR – Trajetória – Economia – Desenvolvimento rural. 8. Economia – Pós-graduação. 9. Biblioteca – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 10. Movimento estudantil – História. 11. Lideranças – Vida pública – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. I. Corazza, Gentil.

CDU 33(091):378UFRGS

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0077-0

## As instituições caminham com a história

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA\*

As instituições têm vida. Essa afirmação deve ser entendida como sujeita a comprovação empírica ou trata-se de uma metáfora?

Se a origem da vida ainda traz consigo o enigma de como um pedaço de matéria tornou-se capaz de se reproduzir e gerar descendência, possivelmente em decorrência de vários acasos e circunstâncias de escassa probabilidade, para o caso das instituições é um pouco diferente, pois elas resultam de ações do próprio ser humano. A criação de instituições, como universidades e faculdades, é sempre um ato volitivo, deliberado, que evidencia a consciência e a intenção de quem criou. O recurso de compará-las aos seres vivos já se encontra na Grécia antiga, onde a *polis* começou a ser percebida como possuidora de vida própria, alimentada pela democracia e pelas decisões de seus cidadãos. Na teoria econômica, remonta a sua origem, com o modelo orgânico de Quesnay, onde a riqueza se distribuía socialmente em analogia à circulação sanguínea. Tomou corpo nos autores clássicos e em Marx, com a contradição hegeliana dando movimento às coisas, que ganhavam autonomia e personificação. E, finalmente, logrou *status* próprio no institucionalismo de Veblen, quando o termo instituição adquiriu significado mais amplo, abrangendo crenças, ideias e mentalidades. Uma leitura da história da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS) permite que seja pensada *pari passu* a seu enraizamento social, pois constitui parte de um todo que lhe dá razão de existência e significado. Por isso, os marcos referenciais desencadeadores de sua criação e expansão devem ser contextualizados, a permitirem trazer à liça como ela foi capaz de crescer e moldar-se às necessidades emergentes em cada circunstância histórica, como um ser cuja trajetória de vida apresenta percalços, mudanças e adaptações.

---

\* **Pedro Cezar Dutra Fonseca** é professor titular do Departamento de Economia da FCE. Bacharel e mestre em Economia pela UFRGS, doutor em Economia pela USP. Foi diretor da FCE, vice-reitor da UFRGS e presidente da FAPERGS. Pesquisador do CNPq.

Sua história começa oficialmente em novembro de 1909, quando a Congregação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 16 de novembro, recebeu o projeto de criação da Escola de Comércio. Este resultara do trabalho de uma comissão composta por André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolpho Simch, nomes de peso no ensino jurídico gaúcho e nacional. Especialmente o último era um entusiasta da ideia, já que “lente cathedrático” de Economia Política, ciência a quem preferia a denominação de simplesmente Economia ou de Economia Social, e sobre a qual se debruçara mais de perto desde um ano após sua formatura, quando a Faculdade solicitou a seus ex-alunos que viessem a colaborar na “ádua tarefa de difusão das ciencias jurídico sociais” (Simch, 1912, p. III). Simch nasceu em Santa Cruz do Sul em 1847 e faleceu em 1937. Seu antecessor na cátedra foi Pocidônio da Cunha Júnior. Nota-se, em sua obra *Programa de economia social*, mais que a influência positivista, uma preocupação indutivista próxima à da Escola Histórica Alemã, de autores como Roscher, Knies, Schmoller e Wagner (Gremaud, 1997, p. 57).

Em 26 de novembro, dez dias depois do recebimento do projeto pela Congregação, foi criada a Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à Faculdade de Direito. Nessa época Porto Alegre era uma cidade de cerca de 75 mil habitantes, à margem de um lago cujos habitantes já insistiam em chamar de rio. Provinciana, embora há vinte anos deixara de ser a capital de uma província para sediar a presidência de um Estado da federação. Mas continuava, como na época do Império, a ter como ponto de referência de seu imaginário civilizatório mais Buenos Aires e Montevideú do que o Rio de Janeiro, a capital da nova república. Governava o Estado Carlos Barbosa Gonçalves, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), único interregno (1908 a 1913) do longo período de Borges de Medeiros (1898 a 1928), e o intendente municipal era José Montaury. Ambos comungavam do mesmo ideário – o positivismo, ideologia oficial do PRR, também de larga difusão no meio jurídico.

À época, as faculdades de Direito eram o *locus* privilegiado do ensino humanístico e praticamente todas as áreas atualmente designadas como Ciências Humanas delas provieram. Apenas rivalizavam com os seminários, diante da supremacia católica em disciplinas como Filosofia e Teologia. O debate ideológico polarizava entre estes positivistas – defensores do Direito como fenômeno histórico e social, como Simch, do método indutivo e de certa intervenção do estado na economia – e os jusnaturalistas, seja liberais ou cristãos, defensores da “sã doutrina” dos direitos naturais, de forte cunho metafísico, e mais propensos a defender as leis de mercado e a criticar a legislação social, embora a encíclica *Rerum Novarum* já tivesse quase duas décadas. Essa convivência entre diferentes formações propiciava o debate acalorado e reproduzia, em seu microcosmo, a divisão da política gaúcha entre “chimangos” – os republicanos de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, defensores da “ditadura científica” de Comte – e “maragatos”, nome genérico pelo qual passou a se designar seus opositores, descendentes do Partido Liberal do Império, de Gaspar Silveira Martins, e acrescido posteriormente por

dissidências republicanas, e que contou com líderes como Assis Brasil e Raul Pilla. Assim, já em seu nascedouro e a despeito da arraigada divisão política do estado, a FCE passa a conviver com o pluralismo de ideias e paradigmas – e que viria a se tornar uma de suas marcas até a atualidade.

Nas faculdades de Direito, portanto, formaram-se os primeiros profissionais – e também os professores – do que se chamava então “área do comércio”, ou, ainda, o “pessoal de escritório”: guarda-livros, contadores, economistas, administradores e atuários. Era a mão de obra especializada que começava a ser exigida no meio urbano, com a expansão do comércio e da indústria. A criação dos primeiros cursos superiores no Rio Grande do Sul – a Escola de Farmácia (1895), a Escola de Engenharia (1896), a Faculdade de Medicina (1898) e a Faculdade de Direito (1900) – deve-se muito ao ideário positivista, influência esta que se materializou para a posteridade na própria arquitetura dos prédios históricos da UFRGS, não só pelos elementos simbólicos decorativos, mas também por sua grandiosidade e imponência, como que a mostrar a importância que esta geração dava à educação, à ciência e à cultura. Tendo como referência não só Augusto Comte, mas autores como Saint Simon e Spencer, os positivistas valorizavam o ensino técnico e profissional, voltado ao trabalho e à aplicação, o que contrastava com a tradição brasileira, de matriz ibérica, de cunho mais retórico, teórico e bacharelesco, e que também dominava nos cursos de confissão religiosa: a formação “clássica” jesuítica, centrada em línguas (latim, francês, português), retórica, filosofia, literatura, história, teologia, geografia, história natural e matemáticas.

Cabe assinalar que, apesar de “importada” do continente europeu – como todas as grandes doutrinas e ideologias da época (e de hoje!) –, o positivismo não soava artificial no contexto latino-americano, e gaúcho em particular (Cardoso, 1980, p. 17-18). Menos que ideia “fora do lugar” (Schwarz, 1983), o lema “ordem e progresso” – que despertara a imaginação dos republicanos a ponto de fazê-lo constar da bandeira que mantinha as cores verde e amarelo da casa de Bragança, como em tributo às raízes (“a ordem e a conservação”), dinastia a quem ora derrubavam em nome de um regime superior (a república, ou “o progresso”) –, encontrava solo fértil para o senso prático de que “havia muito por fazer” em um “país jovem”. A França era a referência intelectual tanto dos jusnaturalistas quanto dos positivistas, e a cultura desse país era rica e diversificada a ponto de permitir que cada um nela se enxergasse e buscasse inspiração para suas teses. Terra das liberdades civis, do fim do absolutismo, do código burguês de Napoleão, da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da propriedade, tais quais os jusnaturalistas enalteciam; mas também de Comte, da literatura realista e naturalista, de Émile Zola, da ciência e do progresso – como mostrara a Exposição Universal parisiense de 1900.

O Rio Grande do Sul passava à época por importante transformação. Embora o charque ainda fosse o maior produto de exportação, juntamente com os couros, a economia pecuária, assentada no latifúndio, vinha de uma crise lenta, cuja manifestação mais visível era sua estagnação. A região tradicional, de povoação ibérica, mais rica e palco das “façanhas” enaltecidas no Hino Rio-Grandense – como a Revolução Farroupilha –, a Campanha, ou o que hoje cha-

maríamos com certa licenciosidade de “Metade Sul”, cedia espaço para a região colonial, onde predominava a pequena propriedade, de povoamento mais recente, com imigrantes alemães e italianos, e voltada à policultura. Durante a Primeira República, o Rio Grande do Sul ficou conhecido como “celeiro do Brasil”. O censo de 1920 registra que o estado, além de ser o maior produtor brasileiro de produtos pecuários, como carne, charque e couros, com os maiores rebanhos e de melhor qualidade, ocupava também a mesma posição na produção de lã, batata-inglesa, cera, manteiga, trigo, mel e vinho; o segundo lugar na produção de farinha de mandioca e fumo; e o terceiro na de arroz, feijão, erva-mate e polvilho. Destacava-se ainda na produção de cevada, aguardentes, alfafa, mandioca, uvas e lentilha (Fonseca, 1989, p. 40). Antonio Barros de Castro, em uma análise onde mostra a particular formação histórica do Rio Grande do Sul no contexto agroexportador brasileiro, resumiu sua peculiaridade ao sentenciar que fora “o único caso bem sucedido de desenvolvimento voltado para dentro” (Castro, 1971, p. 121).

Neste clima de progresso e confiança foi inaugurada a atual sede da Faculdade de Direito em 1910, e junto com ela sua Escola de Comércio, em espaço cedido pelo governo na várzea dos “campos da Redenção”. Sua localização era no porão do prédio, cabendo ao curso de Direito os andares superiores. Dois níveis de ensino dela faziam parte. O Curso Geral, de nível médio, voltado à formação de guarda-livros, perito judicial e técnico fazendário. E o segundo, de nível superior, voltado à formação de profissionais com formação atuarial, contábil e econômica para atuarem tanto em empresas privadas (como em casas comerciais, bancos, companhias de seguros e indústrias) quanto no setor público (como agentes consulares e funcionários da área de relações exteriores). Ambos os cursos pretendiam dar a seus estudantes uma formação bem diferente dos bacharéis em Direito. Bem ao gosto positivista, deveria neles predominar um caráter essencialmente prático, instrumental, embora quem leia seus currículos hoje os interpretariam como bastante generalistas. Em ambos havia várias disciplinas de Direito, como se poderia esperar pela formação do corpo docente, e várias línguas, além de Português: Alemão, Francês, Inglês, Italiano e Espanhol, todas de caráter obrigatório. Não é de se estranhar, já que pretendia também formar pessoal para a área de relações exteriores e comércio internacional, e por isso disciplinas como Direito Internacional, Legislação Consular, Diplomacia e Correspondência Diplomática. Interessante é notar que se antecipavam em um século as raízes da criação do curso de Relações Internacionais dentro da Faculdade de Ciências Econômicas, o que só viria a ocorrer em 2003.

Não se pode deixar de considerar que a necessidade de formação de profissionais especializados em economia, gestão, atuária, contabilidade, finanças e relações exteriores insere-se em um processo de afirmação da ordem social competitiva, com a necessidade de racionalizar as atividades econômicas privadas e o setor público, produzir números, avaliar tendências e profissionalizar e especializar tarefas “de escritório”. Enfim, forjava-se a preparação de pessoas de nível médio e superior não para se voltarem diretamente

à produção (dentre os quais se poderiam citar, em nível superior, os engenheiros, os agrônomos e os veterinários), mas para se dedicarem ao trabalho intelectual. Se este profissional algumas décadas mais tarde iria dar veia a cinco ou seis outras profissões de nível superior, para a época era bastante especializado, conquanto possuísse escasso reconhecimento social, posto que novidade e sem o *status* das profissões tradicionais, com carreira já estabelecida, como médicos, professores e advogados.

Os primeiros guarda-livros eram práticos, aprendiam com a experiência; o próprio gaúcho Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, assim começara, atendendo balcão em um armazém de secos e molhados, antes de se tornar o maior capitalista do Império. Mas ora a profissionalização aflorava como exigência da ordem capitalista emergente, com a pretensão de substituir o amadorismo e a improvisação pela ciência e pelo planejamento racional. Era uma necessidade pública, e como de “utilidade pública” a Escola de Comércio de Porto Alegre foi reconhecida pela União em 1916.

Tal como no contexto europeu, capitalismo e positivismo faziam um belo par: o primeiro ao revolucionar as técnicas produtivas, a circulação e a distribuição de mercadorias, ao integrar mercados e trazer a lume novas tecnologias e inovações; e o segundo, em movimento similar, na esfera do pensamento, ao criticar a velha ordem medieval, católica e avessa ao lucro, à impessoalidade, à ciência e aos novos valores. Como já foi assinalado em outro trabalho (Fonseca; Carrion, 2006, p. 287), o ensino de economia, contabilidade e administração ilustra tipicamente o que argumenta Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1967): este não se restringe ao simples “querer ganhar mais”, ou lucrar, fenômeno social verificado de longa data, desde a Antiguidade e em várias civilizações. Trata-se, sobretudo, de sua busca racional e calculada: passa a exigir, portanto, desde seu nascedouro, que haja a medição e o acompanhamento de variáveis como compras, vendas, estoques, custos e receitas. O lucro, fim último da atividade capitalista, necessita ser medido e, para tanto, passa a exigir profissionais especializados, dedicados especialmente a essa tarefa. A fase do improvável e do empirismo dá lugar à da racionalidade entre fins e meios necessários para alcançá-los. O mesmo acontece no setor público, com o aumento da complexidade das atividades estatais, não só pela natureza dos fenômenos emergentes (urbanização, crises, fábricas e movimentos sociais), como por sua magnitude; fazem-se necessárias estatísticas, demográficas, contábeis e econômicas, cujas variáveis necessitam ser acompanhadas.

As primeiras turmas formaram esses novos profissionais, os quais viveram o profundo processo de *modernização* do estado e da cidade de Porto Alegre, mas também para ele contribuíram com seu trabalho. Assistiram à eletrificação – materialização mais visível da nova onda tecnológica, que aqui chegara na última década do século XIX e alterava não só o mundo da produção e das fábricas, mas a vida urbana em geral. Os primeiros automóveis começaram a circular em 1906 e o primeiro bonde elétrico data de 1908. Porto Alegre foi a primeira capital brasileira a ter um serviço de iluminação

elétrica público e em 1920 já operavam no Rio Grande do Sul mais de 40 usinas de eletricidade, inclusive nas principais cidades do interior. O trabalho à noite tornava-se possível em inúmeras atividades fabris e comerciais, e principalmente nos serviços: bares, cinemas, casas noturnas, cassinos. Só no ano de 1909, quando se criou a Escola de Comércio, inauguraram-se em Porto Alegre quatro salas de cinema, todas na Rua da Praia, a qual se transformava na passarela de encontros, da moda, das discussões políticas e dos acontecimentos sociais.

A década de 1930 iniciou com a Grande Depressão e, junto com ela, a ascensão ao poder federal de homens formados pela Faculdade de Direito, no mesmo prédio onde se localizava a Escola de Comércio: Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso, dentre outros. A crise do liberalismo econômico e político propiciava a proliferação de regimes autoritários e centralizadores: os países mais prósperos na década de 1930 eram a União Soviética de Stalin, a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini, enquanto a mítica França e os Estados Unidos, que tanto haviam despertado o imaginário dos republicanos e da Constituinte de 1891, mergulhavam-se em profunda depressão. O mundo preparava-se para uma nova guerra mundial. A centralização e o intervencionismo de vários matizes favoreciam as profissões burocráticas, fornecedoras de informações e os planejadores; a política deveria ceder espaço à “boa administração”, assentada em critérios “técnicos”. Começa no Brasil a legalização das profissões, com seu reconhecimento, por parte do Estado, assim como a sindicalização e a previdência social, com as caixas de aposentadoria e pensões. A Escola de Comércio enquadra-se na legislação federal e em 1934 cria-se o curso superior de Administração e Finanças e, junto à Faculdade de Direito, passa a integrar a Universidade de Porto Alegre, então estadual.

Com a Revolução de 1930 o ensino técnico teria seu espaço ampliado nacionalmente. Contara para isso não só a arraigada formação positivista de alguns de seus principais dirigentes, como o próprio Getúlio Vargas, agora bastante mesclada com as novas ideologias em voga, principalmente com o nacionalismo, mas também o forte crescimento industrial e urbano que se vincula ao processo de substituição de importações. Já no programa da Aliança Liberal, denominação da frente partidária pela qual Vargas se candidatara à Presidência da República, há menção da necessidade de incrementar o ensino técnico, voltado a preparar para o trabalho. Uma vez no governo, implementou-se uma reforma educacional, liderada por Francisco Campos, que procurava substituir o ensino vigente, ainda herdeiro das primeiras escolas fundadas por padres jesuítas no período colonial, centrado no ensino de disciplinas humanísticas e de línguas, por outro, mais técnico e com vistas à formação de mão de obra especializada para a produção. A reforma educacional incentivou a criação de cursos técnicos, como os voltados à formação de “pessoal de escritório”, mas também os de formação de professores primários e voltados à produção industrial e ao setor primário, como agronomia e veterinária.

A ideologia da racionalização administrativa e de modernização do aparelho do Estado começa nos primeiros anos na década de 1930 e chega em níveis sem precedente em 1937, com o golpe do Estado Novo. Com o fecha-

mento das casas legislativas e a ausência de eleições, criam-se conselhos, órgãos, institutos e comissões no âmbito estatal para que se encaminhem propostas e se tomem decisões. O Poder Executivo, principalmente o federal, ganha nova dimensão e atribuições e, para viabilizá-las, fortalece-se a “os-satura material” do Estado, para usar a expressão de Sônia Draibe (1986). A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1939, vinha valorizar a área de administração, pois trazia consigo a proposta de incentivar o conhecimento e não o apadrinhamento político para ingresso no setor público, com a universalidade e impessoalidade sonhada de uma burocracia weberiana. Da mesma época são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que deveria produzir dados e informações, e o Conselho de Economia Nacional. Todos esses órgãos valorizavam e criavam mercado para os profissionais que já não mais seriam apenas “de comércio”, tornando desatualizada essa denominação. Enquanto os contadores continuavam voltando-se primordialmente para o setor privado (a complexificação do setor público exigia maior controle sobre os impostos do setor privado e, portanto, maior rigor sobre a escrituração contábil), a despeito da ampliação de espaço para eles também no setor público, o atuário e, principalmente, o economista foram os grandes beneficiados por esta ampliação da agenda estatal, tanto em abertura de novas oportunidades de trabalho como por sua decorrente valorização e reconhecimento social.

Assim, as áreas de trabalho diferenciam-se e novos profissionais substituem os antigos guarda-livros. Vargas já em 1931 enfaticamente sinalizava os novos tempos: “A época é das assembleias especializadas, dos conselhos técnicos integrados à administração. [...] Comissões técnicas estudam diversos e relevantes assuntos para oportunamente submetê-los à decisão do governo” (Vargas, 1938, p. 110). As “assembleias especializadas” ganham espaço nacional na década de 1930, mas no Rio Grande do Sul, e em sua Escola de Comércio, não eram nenhuma novidade. Saint Simon, o autor predileto de vários acadêmicos da Faculdade de Direito, como o próprio Vargas, e cuja influência na juventude do PRR às vezes chegava a rivalizar com a autoridade suprema de Comte, mostrara sua aversão ao liberalismo ao defender, em seu socialismo utópico, um mundo em que a política fosse substituída pela administração, onde critérios científicos preponderassem sobre os políticos na escolha dos dirigentes, em que a “irracionalidade” do mercado, causadora de crises, desse lugar às decisões planejadas por critérios técnicos e científicos. Esta visão impressionara sobremaneira Comte, seu discípulo, que a associou ao evolucionismo, então novidade a revolucionar as ciências biológicas: firmava-se aí a ideia de que a sociedade possuía uma trajetória, um rumo – o progresso – e que este poderia ser construído. As ideias, portanto, incitavam a um programa de ação: passaram, então, a influenciar intelectuais e políticos, contrapondo-se às visões de mundo, seja de natureza religiosa ou de caráter laico, como o liberalismo e o socialismo. Na América Latina, e em especial no Rio Grande do Sul, militares e civis encamparam a bandeira: na década de 1930, com o processo de substituição de importações, o positivismo dava espaço a uma nova ideolo-

gia, a qual em certo sentido é sua evolução e adaptação aos novos tempos: o desenvolvimentismo. Tanto um como outro compartilham as crenças de que o progresso (ou o desenvolvimento) deve ser induzido, há etapas progressivas a serem alcançadas e cabe ao Estado ajudar a transpor as barreiras do “marasmo rural” e da estagnação.

Esses novos tempos exigiam novos saberes. Francisco Simch há muito registrara sua inconformidade, como a antever que o “desenvolvimento da vida material” superaria o amadorismo e exigiria a especialização, tanto das disciplinas acadêmicas como no mundo do trabalho:

Todo mundo é economista; não ha quem não se sinta com autoridade bastante para vir pontificar sobre a materia; a aparente singeleza e acessibilidade dos phenomenos, a grande facilidade em lembrar alvires – tudo contribue para não se melhorarem as condições de tal disciplina. (Simch, 1912, p. III).

Em 1945, a Escola de Comércio transformou-se na Faculdade de Economia e Administração, com dois cursos superiores: o de Ciências Econômicas e o de Ciências Contábeis e Atuariais, aos quais viria se somar, em 1947, o curso de Biblioteconomia. Por que esse curso em uma Faculdade de Economia e Administração? Além da novidade e da iniciativa de professores da casa, corria a anedota, como se dizia à época, de que os bibliotecários, assim como os outros egressos, eram também “guarda-livros”. Em decorrência, nasce dentro da FCE a atual Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

Nessa época foram criados os conselhos federais e regionais para congregar os profissionais de cada área, o que os separou e os afastou quanto ao mercado de trabalho, forçando os alunos a uma opção, inicialmente em certa altura do curso e, depois, com currículos totalmente diferenciados. Agora economistas e contadores (estes ainda juntos com os atuários) separavam-se, permanecendo ainda uma área cinzenta no que dizia respeito à Administração. Quanto ao Direito, há muito já havia passado o tempo em que se acreditava que a vida econômica não possuía uma autonomia capaz de torná-la objeto de estudo, com o equívoco, nas palavras de Simch (1912, p. V), de “suppor-se ser a *lei jurídica* capaz de dirigir os phenomenos economicos, de sobre elles influir conduzindo-os, a seu sabor, ou ao sabor dos legisladores, de um para outro sentido”. E ainda: “Para esta classe de pesquisadores, a lei jurídica era e é a *causa de todos os phenomenos sociaes*, logo [...] estudassem-se as leis, decretos, alvarás, etc.: o Direito, a Economia *eram apenas consequências delles*” Simch (1912, p. VII).

Em 1950, a Universidade de Porto Alegre passa a integrar o sistema federal de ensino superior, transferindo-se da esfera estadual para a federal. O Brasil vive o auge do desenvolvimentismo, com Vargas, que retorna ao poder em 1951, e Juscelino Kubitschek, a partir de 1956. O planejamento econômico passa a ser entendido como uma exigência: a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) vem legitimar e dar foro acadêmico às teses desenvolvimentistas e industrializantes. As profissões do contador e do economista solidificam-se ainda mais, e reforma curricular é feita com intuito

de “modernizar” os cursos. Nesse período, os principais avanços contábeis deveram-se às modificações na legislação do imposto de renda, contribuindo, assim, para a consolidação do processo evolutivo legalista e pragmático que ocorreu na contabilidade brasileira. É o caso, por exemplo, do decreto-lei nº 24.239, de 1947, que tratou de alguns procedimentos contábeis já mencionados no decreto-lei 2.627, como, por exemplo, a redefinição de lucro real, a introdução da reavaliação de ativos e da regra do “custo de mercado, dos dois o menor”. Essa regra impunha que a avaliação dos ativos deveria ter como base o custo histórico, ou seja, o seu valor original, ou o valor de mercado, caso este fosse menor. Essa regra passou a ser utilizada na prática da contabilidade brasileira, sendo até hoje um dos principais fundamentos para avaliação de ativos.

Já a valorização do economista vincula-se não só ao desenvolvimento acelerado e à complexificação do setor público, mas também ao fenômeno que acompanharia a economia brasileira até o final dos anos 90 do século XX: a inflação. Houve intenso debate, na época, sobre as razões desta tendência recorrente ao crescimento dos preços. Mas o que cabe aqui assinalar é que os temas econômicos ganhavam cada vez mais espaço na imprensa, desde o famoso debate entre Eugênio Gudin, o liberal crítico da substituição de importações, e Roberto Simonsen, o empresário e intelectual nacionalista. A radicalização política dividia a opinião pública justamente em temas de natureza econômica: debatiam-se nas ruas – e principalmente em Porto Alegre, capital do estado berço do trabalhismo – temas como remessa de lucros, o espaço a ser dado ao capital estrangeiro, se as empresas americanas deveriam ser ou não estatizadas, como fizera Brizola quando governador, ou se, num extremo oposto, o capital externo viria colaborar, com poupança e tecnologia, para o desenvolvimento. Mais feroso ainda era o embate se a inflação devia-se ao atraso do campo, que estava a exigir uma reforma agrária, ou à incapacidade de o governo conter as demandas sociais dos segmentos emergentes – trabalhadores urbanos e segmentos médios, empresariado industrial –, que aumentavam a pressão sobre os gastos públicos e por aumento de salários e protecionismo, com a conivência demagógica dos governantes – os quais mais tarde vão ser associados, depreciativamente, ao denominado “populismo”.

Foi neste contexto que em 1953 assumiu a Direção da Faculdade o professor Pery Pinto Diniz da Silva, cargo do qual só se afastaria em 1964. Homem de seu tempo – ou melhor, à frente dele –, o professor Pery assumiu papel proeminente na Universidade na gestão também realizadora do reitor Elyseu Paglioli. Embora com vínculos com o trabalhismo, pautava-se pelo critério acadêmico da qualidade; convivia e era respeitado por estudantes, professores e políticos dos diversos matizes, dos comunistas aos liberais agraristas do Partido Libertador. Em uma época de radicalização política, a qual desaguardaria no golpe militar, com o qual não fora possível conviver e lhe levou a solicitar aposentadoria, Pery valorizava, sobretudo, a qualidade do ensino e sonhava com uma grande escola entrosada socialmente, com o setor público e com o setor privado, de modo a responder aos anseios e às necessidades da

sociedade. A criação do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE), em 1953, como um centro a congregar a pesquisa mostra a proposta inovadora do professor Pery. A ideia era entrosar o ensino, a pesquisa e a extensão – palavra de ordem que a UFRGS só iria incorporar em seu estatuto na década de 1990. Tratava-se de iniciativa pioneira, inclusive por colocar em um mesmo espaço professores, técnicos e estudantes, os quais seriam bolsistas – adiantando-se ao que bem mais tarde fariam as agências de fomento. Como mencionei em outro trabalho: “Suas atitudes, forçando um paralelismo, pareciam corresponder, no plano acadêmico, ao que representavam as ideias desenvolvimentistas na esfera da política econômica. Era, sobretudo, um homem de sua época” (Fonseca, 2000, p. 82).

No mesmo contexto e também com a participação do professor Pery houve a criação do Instituto de Administração (IA), em 1959. Ademais, em seu mandato, o professor Pery teve a iniciativa de firmar convênios com instituições tanto nacionais (como a Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, para que se apreendesse o *know-how* para elaboração do índice de custo de vida de Porto Alegre, até hoje calculado) como estrangeiras, principalmente Estados Unidos, França e Escolatina do Chile, para onde enviava professores e alunos mais brilhantes, com o fito de posteriormente os atrair para a docência. Ainda não havia programas oficiais para afastamento “no” e “do” país e, por conseguinte, tudo era feito com grande dificuldade. Além disso, o professor Pery ajudou a criar instituições, como a Secretaria de Administração, no governo Brizola, onde deveria implantar a seleção por critério de conhecimento, através de concurso, e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), numa gestão conjunta deste governador com os governadores de Santa Catarina e Paraná. Com o BRDE, os governadores da região Sul visavam criar um banco especializado no financiamento ao desenvolvimento desses estados.

A criação do BRDE mostra que sua história se entrelaça com a da Fundação de Economia e Estatística e demonstra o despertar da consciência a respeito de um gargalo do desenvolvimentismo: tratar a questão distributiva em segundo plano, tema que será abordado em vários trabalhos pela intelectualidade brasileira nas décadas seguintes (Fonseca, 1988, 2000). Começava a percepção segundo a qual apenas crescer o produto não bastava: o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek empolgara o país com seus “50 anos em 5”, mas o Rio Grande se sentia mais pobre, em termos relativos: a industrialização concentrava-se no Sudeste, e principalmente em São Paulo. Ademais, depois do auge da expansão cíclica em 1958/1959 – os “anos dourados” –, o ritmo de crescimento perdia fôlego, dando início ao período que ficou conhecido como “estagnação”, cuja superação só ocorreria quase uma década depois, em 1968, com o “milagre brasileiro”.

Mas no Rio Grande do Sul a crise parecia não só mais séria como as flutuações mais agudas, inclusive pelo peso do setor primário na formação do PIB. Ademais, visualizava-se de forma nítida que sua indústria era predominantemente tradicional, com baixa tecnologia e valor agregado, ainda com

a dominância familiar, a contrastar cada vez mais com as empresas monopólicas estrangeiras que lideravam o investimento em ramos como o eletroeletrônico e automobilístico, localizadas no ABC paulista. A distância de São Paulo não era apenas quantitativa, como fora até então, mas qualitativa. O estado perdera o bonde da história – este era o pensamento dominante. Franklin de Oliveira sintetiza essa visão com a publicação, em 1960, de *Rio Grande do Sul: um novo Nordeste*. Leonel Brizola liderava esta inconformidade e radicalizava o PTB gaúcho: começava a criticar o capital estrangeiro e defender a reforma agrária, dois temas que Vargas tratara cautelosamente, pois preferira articular um grande pacto para viabilizar o projeto, já por si difícil, de industrialização pela via da substituição de importações, para o qual precisava tanto de capital como tecnologia externos, assim como do apoio político de representantes dos segmentos agrários, dominantes no jogo eleitoral e com farta representação no Congresso Nacional.

O setor agrário passava a ser visto como um entrave ao desenvolvimento. As teses dos teóricos da CEPAL chegam ao grande público e os debates se acaloram; a Faculdade de Ciências Econômicas começa a receber dentro dela as teses estruturalistas e torna-se centro de difusão das novas ideias, embora com a resistência da maioria conservadora de seu quadro docente. Jovens como Cláudio Francisco Accurso e José Truda Palazzo (embora este fosse do Partido Libertador, agremiação radical contra o trabalhismo) foram estudar no Chile, de onde irradiavam as novas teses. E o responsável pela cátedra de Economia Política era Temperani Pereira, admirador de Marx e simpático ao Partido Comunista, assim como José Bonetti Pinto, que irá mais tarde para a França e dedicar-se-á ao ensino de História Econômica. Duas teses da CEPAL atingiam em cheio a crítica ao latifúndio e confluíam para a defesa da reforma agrária: a inelasticidade da oferta agrícola, a qual entendia que os rentistas do meio rural não tinham um comportamento empresarial e não respondiam aos preços com aumento da produção, e a deterioração dos termos de intercâmbio de Raul Prebisch, para quem a especialização em produtos primários sempre levava a perdas no comércio internacional ante os produtos industrializados, o que atacava a consagrada teoria clássica das vantagens comparativas. Ambas as teses ajudavam a explicar por que na América Latina a inflação era um problema *estrutural*. Na agricultura estava a raiz dos problemas. O que fazer? No que a universidade poderia colaborar diante deste quadro?

A resposta veio em 1963, com a criação do mestrado em Economia e Sociologia Rural. Mais uma vez a FCE adiantou-se, pois será apenas na década de 1970 que o país adotará como prioridade a expansão do ensino de pós-graduação e oficializará, através de programas institucionais por agências de fomento, as bolsas de estudo para professores no exterior e para alunos desses cursos, de modo que possam cursá-los com dedicação exclusiva. O mestrado em Economia foi criado em 1971, no auge do “milagre” e também foi um dos primeiros do Brasil e com papel relevante na criação da ANPEC – associação nacional que congrega os programas de pós-graduação em Economia.

A ditadura militar veio frear toda essa ebulição de ideias e realizações. Comissões de expurgo atingiram toda a universidade brasileira, e a FCE não ficou à margem. Professores foram afastados, aposentados ou tiveram contratos não renovados, bem como alunos: em 1973 o Diretório Acadêmico de Economia, Contabilidade e Atuariais (DAECA) foi fechado por ordem da Reitoria, após a distribuição de seu órgão de divulgação, o *Jornaleco*, o qual continha críticas à Universidade e ao regime militar. Mas a repressão, ao lado de sufocar a consciência crítica, também evidenciava que o tempo do porão e dos “secos e molhados” chegara ao fim. De um lado, o novo regime vinha definitivamente consagrar a figura do “tecnoburocrata” – principalmente o economista e os técnicos, como contadores e administradores, que passavam a ocupar postos-chave nas empresas estatais, nos órgãos de economia mista, nas fundações, nos bancos, nas secretarias de Estado e nos Ministérios. Assim como no Estado Novo, a política deveria dar lugar à “boa administração” – só que, desta vez, já havia um segmento social apto e disposto a tomar este espaço. Estes profissionais chegam aos palácios como conselheiros, planejadores e executores da modernização conservadora; no setor público, passam a dominar as áreas de Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Trabalho, Administração...

Entretanto, ao lado desses, também coube à Faculdade formar parte dos quadros que representavam a consciência crítica do regime. Na abertura política, a partir do projeto de distensão do governo Geisel, gradualmente o debate sobre temas econômicos começou a ganhar espaço no mundo acadêmico e na mídia. Mas a resistência das velhas lideranças universitárias aos novos tempos verificou-se pelo Brasil inteiro, a contar que a “calmaria” de mais de uma década de fechamento político e os expurgos haviam transformado as instituições superiores em um dos maiores focos do conservadorismo. O movimento estudantil continuava alvo de perseguições, suas entidades fechadas ou controladas e o debate reprimido. A abertura política dentro da FCE foi facilitada pela presença em sua Direção de Francisco Machado Carrion, em segundo mandato nos anos 1976-1981. Dotado de sólida cultura humanística, era dos últimos representantes dos professores que provinham da formação jurídica. Suas aulas de História do Pensamento Econômico eram dos únicos momentos do curso, juntamente com as disciplinas do professor José Bonetti Pinto, em que a economia era apresentada como uma ciência social e histórica. Conservador e adepto da Doutrina Social Cristã, seguia sem concessões as encíclicas e o aristotélicotomismo, que condenavam simultaneamente o liberalismo e o socialismo; o primeiro pelo utilitarismo, pelo hedonismo e pela transformação do lucro como um fim em si mesmo, e o segundo por submeter o homem ao Estado e aniquilar a propriedade. Em um contexto de guerra fria, asseverar a máxima epistolar segundo a qual “o capitalismo é mau e o comunismo é intrinsecamente mau” parecia distante da geopolítica da conjuntura: que outra alternativa haveria?

O professor Carrion, com a complacência dos sábios e a certeza dos convictos, sempre mostrou-se indiferente ao risco de se indispor com os dois lados da plateia, e principalmente com os marxistas, sempre mais participativos e afoitos nos debates. Estes, às vezes, alcançavam um clima que propiciava

o esquecimento de que se estava num regime ditatorial. Lembro-me, certa vez, de um movimento por parte de alguns professores para impedir que uma dissertação de mestrado do curso de Economia Rural fosse à defesa porque era “nitidamente marxista”. O argumento, no limite, repousava no cinismo de acenar para “o bem do próprio aluno”, que seria exposto externamente à perseguição política. Todavia, tratava-se, de fato, de impedir um precedente interno e o veto partira de dentro, e não de fora, dos muros universitários. O professor Carrion tomou a si a responsabilidade de garantir a defesa e, numa atitude inédita, compareceu à sessão e assumiu a presidência dos trabalhos, como mais alta autoridade presente, papel que costumeiramente cabe ao orientador. Como aluno de graduação e seu monitor, na véspera, ao saber da decisão, reservadamente manifestei que sua atitude era corajosa e que o corpo discente o apoiava irrestritamente, mas perguntei se avaliara as possíveis consequências do ato – afinal, em uma ditadura pode acontecer tudo, assim como pode não acontecer nada. Ao que ele, em sua austeridade contumaz, respondeu-me: “Ora, Pedro, desde quando marxista não pode defender tese, onde está escrito?”. Essa frase valeu mais para minha formação do que várias aulas, horas de estudo e leituras e até hoje serve de princípio basilar para minha vida universitária. Aprendi que a defesa do pluralismo e da liberdade acadêmica evidencia-se em atos como esse, que têm lugar não quando alguém pensa semelhante a nós, o que é mais fácil, mas justamente para defender quem pensa diferente – práticas diárias que o pós-modernismo alienante e o sectarismo político dos vários matizes, avessos à saudável e necessária convivência das diferenças, insistem em esquecer.

Mas junto com a abertura política assistia-se ao retorno da inflação e, com ela, da recessão e do desemprego, principalmente a partir do início da década de 1980, quando, por primeira vez desde a Grande Depressão dos anos 1930, as taxas de crescimento PIB foram negativas. A crise internacional iniciada em 1973 denunciara a fragilidade das bases do “milagre”, e o tema da distribuição de renda voltava à tona com a divulgação dos primeiros dados do censo de 1970, cuja interpretação era inequívoca: aumentara a pobreza e a concentração de renda se aguçara, a despeito de todo o crescimento responsável por levar o Brasil à posição de oitavo PIB do mundo e maior parque industrial da América Latina. Coube papel relevante aos egressos da FCE neste debate e, com o fim do regime militar, passaram a disputar cargos eletivos, seja no Legislativo ou no Executivo. De assessores, muitos deles passaram a protagonistas. Na década de 1990, em uma das eleições à prefeitura de Porto Alegre, registraram-se oito chapas. Em seis delas havia um ex-aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seja como candidato a prefeito ou a vice-prefeito, nos mais diferentes partidos e ideologias. Também são inúmeros os que ocupam cargos legislativos, como deputados e vereadores, além dos postos no Poder Executivo, tanto federal como em diferentes estados e municípios do país. A qualidade de seus egressos reflete-se não só nas avaliações oficiais da graduação e da pós-graduação, mas também na demanda do setor privado – como na formação de quadros

acadêmicos, em nível de mestrado e doutorado, hoje voltados ao ensino e à pesquisa no interior do estado e nas mais diversas universidades do país.

O pluralismo é a marca acadêmica da FCE e revela-se na formação de seus egressos e na produção intelectual de seu corpo docente. É valor maior a ser preservado e acompanha sua trajetória agora secular. Resistiu a períodos extremamente difíceis, como os autoritarismos do século XX, e soube manter-se em pé mesmo quando parecia definhando. A formação de pessoas é o propósito maior dessa Instituição desde seu nascedouro. Cem anos depois, a história mostra que a Faculdade caminhou com a história do país e foi simultaneamente sujeito e objeto das mudanças profundas por que passou a sociedade brasileira no século XX. A criação da Escola de Administração, em 1996, ocorreu como desfecho natural de seu crescimento, assim como um dia a Faculdade de Ciências Econômicas emancipara-se da Faculdade de Direito; sempre se teve o entendimento de que se estava criando algo novo, e não fazendo uma secessão ou um fracionamento. A virada para o novo século trouxe consigo sua última realização mais expressiva: a criação, em 2003, do curso de Relações Internacionais. A crise do processo de substituição de importações, a abertura maior do país ao exterior, a integração latino-americana advinda com o Mercosul e a globalização impulsionaram a decisão. As instituições têm vida, alteram-se e revitalizam-se, mas, como na mitologia grega, não abandonam seus desígnios: concretiza-se, no século XXI, o sonho da geração que em 1909 considerava os profissionais desta área como responsabilidade de sua Escola de Comércio, ensinando-lhe diversas línguas e diplomacia.

Ao comemorar seu primeiro centenário, a Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS dá sinais visíveis de sua juventude, até porque a idade não é avançada para a vida das instituições. Que nos próximos anos seja capaz de continuar na mesma trajetória de qualidade acadêmica e atenta às exigências sociais emergentes, em sintonia com seu tempo. Essas são condições para a permanência da juventude das instituições de ensino e pesquisa, negada pelos deuses aos seres humanos, que delas precisam para deixar o resultado de suas realizações.

## Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios de economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971. v. 2.

DRAIBE, Sônia M. *Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Da hegemonia à crise do desenvolvimento: a história do BRDE*. Porto Alegre: BRDE, 1988.

\_\_\_\_\_. Faculdade de Ciências Econômicas e BRDE: duas histórias entrelaçadas. In: CARRION, Otília B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 77-84.

- \_\_\_\_\_. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONSECA, Pedro C. D.; CARRION, Otilia B. K. O ensino de economia na UFRGS. *Análise*, Porto Alegre, PUCRS, v. 17, n. 2, p. 284-296, 2006.
- GREMAUD, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1997.
- OLIVEIRA, Franklin. *Rio Grande do Sul: um novo Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, n. 3, p. 151-161, 1973.
- SIMCH, Francisco Rodolfo. *Programa de economia social*. Porto Alegre: L. P. Barcellos/Livraria do Globo, 1912.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.